



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 094

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE NOVEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 123/2003

Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores:

O deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte: a inclusão nos estudos da construção da segunda ponte, a qual ligará Foz do Iguaçu a Puerto Franco no Paraguai, da possibilidade de a

mesma conter uma ligação ferroviária, ou seja, com pista rodo-viária e ferroviária, a qual seria uma extensão da Ferroeste e, também, a ferrovia do Mercosul.

Sala das Sessões, em 11.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A construção dessa segunda ponte, além de representar um grande avanço para a economia dos dois países, solidificará ainda mais os laços políticos, de amizade e comerciais entre as duas nações, representando um passo decisivo no processo de integração entre Brasil e Paraguai. A construção da ligação férrea, juntamente com a rodoviária, num momento em que o mundo vive o processo da globalização é de suma importância para o Estado, o País e a América Latina como um todo, uma vez que será possível fazer um escoamento da produção do Paraguai e do nordeste da Argentina até o porto de Paranaguá, além de assegurar o acesso ao Pacífico, proporcionando maiores condições de competitividade dos produtos gerados na região da tríplice fronteira e aumentando o nosso poder no mercado internacional através dessa integração das economias.

INDICAÇÃO Nº 124/2003

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

O deputado Nelson Justus dirige-se a V. Exa. e ao senhor diretor, para expor e reivindicar o seguinte:

1) a instalação de uma Ciretran no município de Santa Fé, tendo como área de abrangência o município do mesmo nome e os municípios de Lobato, Flórida, Nossa Senhora das Graças, Munhoz de Mello e Ângulo.

2) A solicitação justifica-se tendo em vista que os moradores do município e região são obrigados a deslocarem-se até Astorga para requisitar quaisquer documentos, prestar exames psicotécnicos e práticos para retirada ou renovação de Carteira de Habilitação, demandando várias viagens e despesas até a finalização da documentação.

3) Estamos anexando ofícios de prefeitos dos municípios acima referidos, fazendo a mesma reivindicação.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) NELSON JUSTUS

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2614

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 05 (cinco) Sessões Plenárias da Proposição nº 29/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 82/2003, bem como a Proposição nº 031/2003.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 2606

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2609

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Resolução nºs 07/2003 e 19/2003, que autorizam realização de plebiscito nos municípios de Guaratuba e Matinhos, para que a população decida sobre a transferência das localidades de Prainha e Cabaraquara ao município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2610

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 13 do corrente mês, (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2611

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER seja concedido Grande Expediente ao Sr. Paulo Azzolini, para o dia 17 de novembro do corrente, segunda-feira, para que possam ser pronunciados tópicos relevantes defendidos pela Saza Lattes - Associação de Proteção à Maternidade e Infância.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2608

Senhor Presidente:

Os deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira e demais senhores deputados que ao final subscrevem vêm REQUERER, no uso de suas atribuições regimentais, após aprovação do douto Plenário a realização de Audiência Pública para discussão da universalização do acesso à Justiça e o Código de Organiza-

ção e Divisão Judiciária do Paraná a ser realizada às 08h30 do dia 18 de novembro de 2003.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS

TADEU VENERI

JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Cida Borghetti, Duílio Genari, Natálio Stica, Ratinho Júnior, Elton Carlos Welter, Reni Pereira, Mauro Moraes, Ângelo Vanhoni, Renato Gaúcho, Elza Correia, Ademir Bier, Arlete Caramês, Doutor Luciano, Barbosa Neto, André Vargas, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo Ilkiv e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

O Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná constitui uma das mais importantes ferramentas para construção da universalização do acesso ao Órgão Judiciário a todos os paranaenses. Ciente da importância do projeto de lei encaminhado a esta Casa Legislativa pelo egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, a Associação dos Magistrados do Paraná, a Seccional Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil o Sindijus, a Universidade Federal do Paraná, a Central Única dos Trabalhadores e as ONG's Terra de Direitos e Grupo de Apoio aos Povos Oprimidos ratificam a necessidade premente e apóiam incondicionalmente os deputados signatários do presente requerimento para discussão democrática do tema em audiência pública.

REQUERIMENTO Nº 2598

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Romeu Backes, ocorrido em 31.10.2003, no município de Entre Rios do Oeste.

Requer, ainda que do presente se dê ciência à esposa, Sra. Gertrudes Cecília Backes e filhas: Elisângela, Bárbara, Solange e Glória, no endereço abaixo mencionado: Rua São Francisco, s/nº - 85.988-000 - Entre Rios do Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sra. Sueli Fischer, ocorrido em 08.11.2003, no município de Marechal Cândido Rondon.

Requer, ainda que do presente se dê ciência aos filhos Charles Eduardo e Rafael Tiago, e ao esposo, Sr. João Adair Fischer, no endereço: Rua José Bonifácio,

1635 - CEP 85.960-000 Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER votos de pesar aos familiares do Sr. Nelson Maculan, pelo falecimento ocorrido no dia 05 de novembro de 2003.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O ex-senador Nelson Maculan era considerado um símbolo da ética. Pontuou toda sua vida política pela honradez, pela integridade, fosse no relacionamento com os companheiros de partido ou com os adversários.

Depois que o regime militar dissolveu os partidos políticos, em outubro de 65, para impor o bipartidarismo, filiou-se ao PTB, nos tempos em que o Partido Trabalhista Brasileiro se perfilava efetivamente na defesa das causas dos trabalhadores e das classes oprimidas. Foi filiado também ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro, e acabou sua carreira política filiado ao PPS - Partido Popular Socialista.

Tendo em vista a apresentação deste requerimento, solicitamos ainda a especial gentileza em notificar a direção estadual do PPS - Partido Popular Socialista para que esta se encarregue de notificar os familiares, acerca do voto em apreço, no endereço sito à Rua Dom Alberto Gonçalves, 100 - Mercês - Curitiba - Paraná - CEP 80510-340.

REQUERIMENTO Nº 2597

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela instalação e inauguração do *campus* de Ibiporã da Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná, em solenidade a ser realizada no dia 14 de novembro de 2003.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. Luiz Fernando Dellazari, DD. secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Jorge Azor Pinto, MD. delegado geral da Polícia Civil do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Reinaldo Gomes Ribeirete, prefeito municipal de Ibiporã.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Manguinhos, pela passagem do 57º aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Miguel Carlos Rodrigues Aguiar, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. Manoel Almeida, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Manguinhos.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem de gratidão e reconhecimento à população de Manguinhos, que vem colaborando sobremaneira para o progresso do município, tendo à frente de seus destinos o prefeito Miguel Aguiar que com coragem, espírito de luta, juntamente com sua equipe de trabalho vem desempenhando com competência e dignidade seu importante papel.

Vejamos um pouco da história de Manguinhos.

Em 1864 foram reivindicadas as construções de mangueiras para dar guarida aos tropeiros que chegavam às margens do Rio Iguaçu e tinham dificuldades em controlar suas tropas, que, via de regra, espalhavam-se causando sérios transtornos.

A construção dessas mangueiras permitiu um trânsito racional e seguro do gado, facilitando aos tropeiros a travessia das águas caudalosas do rio, que em canoas puxavam as rétes, rebocadas uma a uma. A contínua travessia de tropas pela região permitiu que se formasse um povoado, a exemplo do ocorrido em Castro, Palmeira, etc.

Em 20 de janeiro de 1887, um Ato Provincial dá ao lugar a condição de Distrito Policial Judiciário, pertencendo ao município de Palmas, com a denominação de Conceição do Rosário. Com o fim do tropeirismo, a atividade comercial principal do lugar passou a ser a extração da erva mate, alternada com a criação de suínos, no sistema de safras.

O Decreto Lei nº 533, de 21 de novembro de 1946, criou o município de Manguinhos, com território desmembrado de Clevelândia. A instalação deu-se no dia 30 de novembro de 1946.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em transmitir à comunidade rosariense, que acredita num futuro próspero, o seu agradecimento e admiração.

REQUERIMENTO Nº 2612

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulação ao Sindicato do Tribunal de Contas, pela nova diretoria nesta seara simbolizada pela ilustre presidenta, Sra. Ignez de Lourdes Borges Russ.

Solicito ainda a especial gentileza em notificar a Sra. Ignez acerca do voto em apreço até o dia 18/11/2003, no endereço da Rua José Nicolau Abagge, nº 60, ap. 15, CEP 80430-150.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Valter Fernandes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2602

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Moisés dos Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Maria Luiza Rezende de Oliveira Muller.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por esta senhora, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2604

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Claudiney Postalli Stachetti.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2605

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Massayoshi Tatesuzi.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2613

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER votos de louvor ao Instituto Tecnológico de Transporte e Trânsito - ITT, pelo fulgente trabalho que vem sendo realizado em prol da segurança no trânsito do cidadão paranaense.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A falta de disciplina no trânsito e a conseqüente violência que isso gera, são uma grande preocupação nacional. Para a solução desses problemas, temos que ter a consciência de que a educação é a principal ferramenta para o combate das atrocidades do trânsito que atualmente acometem nossa sociedade como um todo.

Neste contexto, devemos atentar para o imanente trabalho realizado pelo ITT, o qual norteia seus esforços pelo princípio de que somente através da educação, será possível transformar comportamentos e potencializar o desenvolvimento de valores e atitudes, construindo um trânsito mais humanos e cidadão.

Tendo formado e capacitado mais de 24 mil profissionais para os Centros de Formação de Condutores, na modalidade de educação à distância, através de sua ingente capacidade técnica, infra-estrutura adequada e recursos didáticos exigidos por lei, este instituto procura, para a solução dos problemas hodiernos, visualizar o trânsito dentro de uma contextualização, considerando-o como um todo, tendo a abrangência de todos os fatores integrantes e concorrentes neste sistema, para assim, melhor atuar em defesa do povo brasileiro e paranaense.

Desta forma, com o intuito de promover de forma contínua a conscientização e disseminação da mentalidade preventiva visando a segurança no trânsito, este instituto - sem fins lucrativos e que atua em âmbito nacional - ajudou a transformar a cidade de Curitiba em uma das cidades com menores índices de violência no trânsito, motivo pelo qual faz jus a esta singela homenagem.

Para tanto, solicito a especial gentileza em notificar o interessado, Sr. Renato Gama Monteiro, acerca do voto em apreço até o dia 17.11.2003, em endereço sito à Rua Emiliano Pernetá, 297 conjunto 93, CEP 80.010-050, Curitiba - Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2620

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER votos de louvor à Destro - Macroatacado, pela inauguração desta empresa na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, que proporcionará uma expansão dos negócios desta imanente companhia.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A estrutura moderna e informatizada da empresa faz com que a consideremos como uma das maiores distribuidoras do nosso país, atendendo a diversas regiões.

Para tanto, solicito a especial gentileza em notificar o interessado, Sr. Renato Gama Monteiro, acerca do voto em apreço ao Sr. João Destro até o dia 17.11.2003, em endereço sito à BR-116, Km 102, nº 14397, CEP 81.630-220.

REQUERIMENTO Nº 2595

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Nilson Marchetti, diretor presidente da Viapar, solicitando informações detalhadas, sobre o montante da arrecadação do ISS ao município de Campo Mourão, referente a Praça de Pedágio Campo Mourão - Mamborê.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2618

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Nizan Pereira - secretário especial para Assuntos Estratégicos, no sentido de esclarecer algumas questões:

1 - Em relação à Conferência Internacional de Software Livre realizado nos dias 05, 06 e 07 de novembro, qual custo da promoção do evento para o Governo do Estado? Qual o custo total da conferência? Especificar.

2 - Qual o critério para escolha dos patrocinadores (Gold e Silver) e parceiros (apoio institucional e promocional)?

3 - Qual o valor de recursos financeiros repassado por patrocinador? Especificar patrocinador Gold e Silver.

4 - Qual o valor arrecadado com as inscrições e número de participantes na conferência?

5 - Qual a despesa com cada palestrante da conferência? Especificar despesa com passagens, hospedagem e valor pela palestra.

6 - Qual valor gasto com a publicidade e divulgação da conferência?

7 - Em relação à não-participação da Abrasol, quais os motivos do cancelamento? Se houver comunicado oficial de cancelamento na sua participação na conferência, enviar cópia.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 672/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Com fundamento no inciso VII, do artigo 208 da Constituição Federal e inciso VIII, do artigo 179 da Constituição do Estado, e nos termos dos artigos 6º, 7º e 8º, da Medida Provisória nº 2.100-31, de 24 de abril de 2001, é incluindo o peixe nos cardápios dos programas de alimentação escolar.

Art. 2º - Consoante ao artigo 7 e, da Medida Provisória nº 2.100-31, de 24 de abril de 2001, o disposto nesta lei, prioritariamente, serão adquiridos em cada região do Estado.

Art. 3º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente e senhores deputados.

Honra-nos apresentar a esta Casa de Leis o projeto de lei que visa incluir o peixe no cardápio da merenda escolar no Estado do Paraná.

O inciso VII, do artigo 208 da Constituição Federal e o inciso VIII, do artigo 179 da Constituição do Estado, determinam:

Constituição Federal

“Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, **alimentação** e assistência à saúde.”

Constituição do Estado

“Art. 179 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VIII - atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, **alimentação** e assistência à saúde;”

Em atendendo as disposições Constitucionais, o Executivo Federal editou a Medida Provisória nº 2.100-31, de 24 de abril de 2001, que em seus artigos 6º, 7º e 8º, disciplinam:

Medida Provisória nº 2.100-31, de 24.04.2001

“Art. 6º - Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a capacitação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e ao *in natura*.

Parágrafo Único - Os Estados, o Distrito Federal e os municípios utilizarão, no mínimo, setenta por cento dos recursos do PNAE na aquisição dos produtos básicos.

Art. 7º - Na aquisição dos gêneros alimentícios, terão prioridade os produtos da região, visando a redução dos custos.

Art. 8º - Os Estados prestarão assistência técnica aos municípios em especial na área de pesquisa em alimentação e nutrição, na elaboração de cardápios e na execução de programas relativos à aplicação de recursos de que trata esta Medida Provisória.”

Amparado nas disposições acima, apresentamos o presente projeto, que, em nosso entendimento, com a inclusão do peixe na merenda escolar, através de sua regionalização, haverá significativo incremento de mão-de-obra e enriquecimento da merenda escolar.

Entendemos ainda que o peixe já faz parte do cardápio do cidadão paranaense e é fato comprovado seu alto valor nutritivo e vitamínico que só vem colaborar com o desenvolvimento físico e mental dos estudantes.

Essas, senhoras e senhores deputados, foram as razões que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei, que com certeza terá apoio dos nobres parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 673/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura do município de Verê os lotes de terrenos urbanos nºs 03 e 04 da quadra nº 51, do Patrimônio Verê da Colônia Missões, situado no Distrito e município de Verê, contendo área total de 1000,00m² (mil metros quadrados), cada lote, com as seguintes confrontações: Lote nº 03 Noroeste, medindo 50,00m, por linha seca confronta com o Lote nº 04 da quadra nº 51; Sudeste:

medindo 20,00m, por linha seca confronta com a Rua Nhambiaçu; Sudoeste: medindo 50m, por linha seca, confronta com o lote nº 02 da quadra, nº 51; Noroeste: medindo, 20,00, por linha seca, confronta com o lote nº 05 da quadra nº 51. Lote nº 04, Nordeste; medindo 50,00m, por linha seca confronta com a Rua Princesa Isabel; Sudeste: medindo 20,00m, por linha seca, confronta com o Lote nº 03 da quadra nº 51; Noroeste: medindo 20,00m, por linha seca, confronta com o lote nº 05 da quadra nº 51.

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo 1º, serão utilizadas pela Prefeitura Municipal de Verê, para fins industriais não poluentes.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei Municipal nº 06/76, o município de Verê, com fim único e especial de receber a edificação de uma Praça de esportes da Fundepar, doou ao Estado os lotes urbanos nº 03 e 04, da quadra 51, do Patrimônio de Verê - Colônia das Missões, situados neste município com área total de 2.000m².

Conforme a lei supra-citada, no ano de 1976, não existindo nenhuma Praça de Esportes no município, o então prefeito municipal Sr. Leri Dalsasso, doou ao Estado, os lotes nºs 03 e 04, para fins de construção de quadra de esportes.

A quadra sem cobertura, foi construída naquele ano, e neste período se manteve graças aos pequenos reparos feitos pelo município, sendo que atualmente encontra-se em péssimas condições de conservação.

Ocorre no entanto, que devido a sua localização ser em área distante dos colégios municipais e estaduais, e a necessidade de local para práticas esportivas e culturais, foram construídos neste período quadras de esporte cobertas junto à Escola Municipal São João Batista de la Salle e ao Colégio Estadual Arnaldo Busato, bem como construído o Ginásio Municipal de Esportes, tornando desta forma a referida quadra em destaque, praticamente, sem qualquer utilidade e à mercê de vandalismo.

Portanto, solicitamos a devolução dos lotes nº 03 e 04 da quadra 51, ao município, para que o mesmo possa aproveitar, para implantação de indústrias não poluentes, gerando renda e novos empregos à população.

PROJETO DE LEI Nº 674/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Apoio aos Marinheiros de Paranaguá, com

sede e foro na cidade de Paranaguá, sito à Rua João Eugênio, 816 - Centro.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Apoio aos Marinheiros - CAM, com sede e foro no município de Paranaguá - Paraná, é um órgão de representação filantrópica, sem fins lucrativos, de natureza social, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

O CAM tem por finalidade compartilhar o Evangelho de Jesus Cristo e fazer o bem a todas as pessoas no Porto e nos navios, promover o bem-estar social, espiritual e psicológico dos marinheiros, nacionais e estrangeiros, em condições de liberdade e dignidade, sem distinção à raça, sexo, credo religioso ou convicção política partidária, promover atividades educacionais, culturais, esportivas, assistenciais e outras que estejam dentro de seus objetivos gerais. O CAM pretende colaborar com os poderes públicos buscando sempre andar em comum acordo com as autoridades constituídas no que se refere ao atendimento espiritual, social e legal. Entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 675/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cidália Rebello Gomes - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Paranaguá, Estado do Paraná, localizado na Ilha dos Valadares, Bairro Vila Bela s/n.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cidália Rebello Gomes - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Paranaguá-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao senhor deputado Reni Pereira, no Pequeno Expediente.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na manhã de hoje, quase madrugada de hoje, na cidade de Ponta Grossa onde estivemos para a assinatura do projeto de lei da Garagem da Esperança, do nosso colega Jocelito Canto. Hoje pela manhã o deputado Barbosa Neto lia no programa de rádio uma das manchetes do jornal de hoje que dizia que em uma pesquisa da Ordem dos Advogados do Brasil, os juízes, o Ministério Público, e os políticos são as pessoas ou as entidades que estão em maior descrença perante à população.

E eu confesso que não me senti surpreso com o resultado. Muitas vezes quando temos à nossa frente algo desta natureza, nos espantamos, mas é preciso ver quais foram as causas que resultaram essa indignação da população. E nós temos na nossa região, no Oeste e Sudoeste, algumas causas que também nos deixam indignados, deixam a população indignada. E muitas vezes, por anos seguidos, vozes não ecoam por parte dessas autoridades que, no momento oportuno, a população diz que não acredita mais nelas. Entretanto, esta Casa, a Câmara dos deputados federais e alguns membros do Judiciário, entre os quais eu gostaria de citar os nomes para que fique registrado, o juiz cível da Comarca de Capanema, a Dr. Roseana Chexim; o juiz criminal, Dr. Márcio Geron, que em uma entrevista na semana passada mostrava a sua preocupação para com o estado de ânimo da população do Sudoeste, especificamente em relação aos conflitos em torno da Estrada do Colono.

E esta Casa, em um ato da Mesa Diretora, criou uma Comissão Parlamentar Externa, coordenada pela deputada Luciana Rafagnin, composta pelos deputados do Oeste, do Sudoeste, e todos aqueles que quiserem fazer parte ainda, no sentido de ser um canal entre a população, os organismos e as entidades em busca de um diálogo, porque determinadas condições e situações que são impostas à população para que se cumpram, sem questionamento, através da imposição de um ordenamento legal, podem ser práticas do ponto de vista operacional. Porém, a praticidade desse modo em que apenas a ordem legal, nua e crua, é usada para justificar determinados comportamentos coloca em risco o próprio estado democrático de direito. A própria lei não é imutável, ela muda, vez por outra, necessitando adaptar-se aos costumes e à evolução da sociedade para cumprir a sua finalidade.

Imaginem, senhoras e senhores deputados, então quando se estanca a passagem de um caminho, cujo valor histórico para a população do Oeste e do Sudoeste é, sem dúvida alguma, maior do que qualquer valor econômico que se queira atribuir.

A história da colonização do Oeste e Sudoeste está eivada de exemplos, de pessoas e até famílias que tomba-

ram mortas por acreditarem em seus sonhos. Colonos que derramaram o seu próprio sangue e não

foram poucos colonos que morreram em busca desse ideal, para povoar as regiões Oeste e Sudoeste e explorar as riquezas, porque este era o seu sonho e o mundo novo que eles queriam construir para os seus filhos. Esse sonho se concretizou.

Hoje, temos e gostaria que ficasse registrado também no meu discurso, a presença do Sr. Benito Antônio Remon, da cidade de São Miguel. Ele que foi por diversas vezes presidente do Sindicato Rural daquela cidade. Foi também do Conselho da antiga Cotrefal, e atualmente da Cooperativa Lar, que antes de se tornar uma cooperativa, com certeza, também foi um sonho dos agricultores e não mais dos colonos.

Esse sangue foi derramado no Oeste e no Sudoeste e na própria Estrada do Colono, que foi palco de muitos conflitos e mortes, inclusive servindo de cemitério clandestino da ditadura militar. Talvez, essas histórias e exemplos vivos na memória da população do Oeste e do Sudoeste sejam desconhecidas de muitas autoridades, que não conhecem o parque e a história dos agricultores, que há muitos anos antes de se ter qualquer apelo ecológico ou ordem imposta, para conservação daquele patrimônio, faziam do amor pela terra a sua própria história de amor em relação ao parque.

Este princípio de amor que norteava e norteia a relação da população lindeira do parque, tanto no Oeste, quanto no Sudoeste é tão eficaz, que jamais foi abandonada. Tanto é verdade que o parque permanece intocado. Não graças aos poucos fiscais do Ibama, que nele trabalham, mas sim, graças ao sentimento que a população do Oeste e do Sudoeste sempre mantiveram em relação ao seu patrimônio maior.

Porém, paciência tem limite, e mesmo toda a pacificidade não está impedindo o surgimento de conflitos e sentimentos de indignação da população. De maneira generalizada vem brotando na população, fazendo com que representantes do Poder Judiciário - que citei no início - estejam preocupados face à percepção desse clamor popular e dão como certo, que dentro em breve, muito breve mesmo, se alguma atitude não for tomada de maneira urgente pelas autoridades competentes parta tal, mortes novamente ocorrerão nas regiões Oeste e Sudoeste, em virtude da Estrada do Colono, conflito que há quase mais de uma década aflige a população.

Nós, brasileiros, estranhamos quando vemos no noticiário internacional, povos distantes, como por exemplo na Palestina, tombando por acreditarem que um pedaço de solo ou por uma questão histórica, é sagrado do ponto de vista cultural. Nós que temos essa tradição de exportar soluções pacíficas para os quatro cantos do planeta, onde estiver ocorrendo um convite, nos vemos diante de um dilema, em relação aos nossos próprios conflitos velados aqui no nosso território.

Como muito bem falou ontem o deputado Artagão o ditado chinês: “antes de nós saírmos e tentarmos con-

sertar o mundo, é preciso dar três voltas ao redor de nossa própria casa”. A população do Oeste e do Sudoeste espera que não só esta Assembléia Legislativa, mas a Câmara Federal, o Poder Judiciário e tantas outras pessoas, principalmente os organismos ambientais, abramos o portão do diálogo, para darmos a primeira volta ao redor da nossa própria casa, pois com certeza, as duas outras voltas, a população dessas regiões dará de mãos dadas, com os organismos e entidades ecológicas, sejam elas nacionais ou internacionais, puxando-as pelas mãos. Tenho certeza que em matéria de ecologia, muito antes de essas autoridades terem nascido, já corria nas veias do povo do Oeste, do Sudoeste, através de lições passadas de pais para filhos, o respeito e a mais pura integração do homem com a natureza.

Tenho certeza que este Poder Legislativo, através da coordenação da deputada Luciana Rafagnin, dos deputados que fazem parte da Comissão do Exterior e dos demais deputados, dará sua contribuição no sentido de abrir o portão para o diálogo, porque, com certeza, as outras duas voltas a população do Oeste dará sozinha, de mãos dadas com os ecologistas e os organismos que tratam hoje de barrar aquele caminho histórico.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto, por cinco minutos.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

O que nos traz à tribuna esta tarde é especialmente para fazer um agradecimento aos nossos companheiros deputados que puderam estar em Ponta Grossa hoje pela manhã, e os deputados que estiveram ontem à noite lá em Ponta Grossa, oportunidade em que nós tratamos de alguns assuntos de grande importância, principalmente no nosso caso, que acabou de falar o deputado Reni, a respeito do título que recebeu a Garagem da Esperança, de utilidade pública, e que é uma instituição que há mais de dez anos vem atendendo diuturnamente a população e principalmente a população mais carente de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Quero agradecer aqui a todos os deputados, a deputada Cida Borghetti que lá esteve representando a ala feminina deste Parlamento, e também os demais companheiros que foram a Ponta Grossa, seus assessores, e um agradecimento especial ao nosso presidente Hermas Brandão, que ao levar o Parlamento para assinar uma promulgação, desta forma demonstra que a Assembléia Legislativa do Paraná está caminhando a cada dia que passa para estar mais perto do povo, principalmente do povo do interior.

Amanhã, estaremos em Paranaguá numa Sessão Solene que iremos prestigiar também e hoje o presidente esteve em Ponta Grossa para promulgar a Garagem da

Esperança como instituição de apoio e de utilidade pública no Paraná.

Então, os nossos agradecimentos a esta presidência, ao nosso presidente Hermas Brandão, que no meio do povo, exatamente no meio do povo, na Garagem da Esperança, onde havia mais de mil e quinhentas pessoas, promulgou a lei que transforma essa instituição que há mais de dez anos cuida das pessoas mais humildes e mais pobres de Ponta Grossa.

Então, queremos agradecer mais uma vez a esta presidência, aos senhores deputados que lá estiveram, a deputada Cida Borghetti, a todos os demais deputados, em nome de todas aquelas pessoas que nós atendemos diariamente, nessa ida e volta de todos os dias, Curitiba a Ponta Grossa, fazendo um programa de rádio todos os dias, procurando fazer um verdadeiro jornalismo social.

Fazemos o jornalismo social em apoio, construímos uma grande audiência no rádio e por trás dessa grande audiência discutimos com a população aquilo que é de interesse da população, e diante disso, nos manifestamos nesta Casa e assim procedemos o nosso direito como deputado, sempre ouvindo o povo, trabalhando pelo povo e estando todos os dias na base, todos os dias procurando resolver problemas. Este é o nosso entendimento, o papel de alguém que realmente faz política todos os dias.

Então, queremos mais uma vez agradecer o senhor presidente Hermas Brandão pela sua estada em Ponta Grossa. A Assembléia, com esse seu gesto e a presença dos demais companheiros, demonstrou mais uma vez que o Parlamento do Estado aí está para atender a população. E espero que o governo do Estado, ouvi esta semana, algumas colocações de que ele não quer trabalhar com as instituições. É bom saber que as instituições, a grande maioria deste Paraná, são instituições sérias que trabalham pelo povo. A grande maioria são de voluntários, abnegados e abnegadas que trabalham sem receber absolutamente nada e doam seu tempo para ajudar pessoas. Este Paraná é grande e a região de Ponta Grossa é grande porque as pessoas se dedicam, se doam para fazer trabalho social com o povo.

Por isso, espero que o Governo repense esta idéia e ajude o social, que repense e saiba que essas pessoas que fazem atendimento social, seja espírita, católico, filantrópico, clubes de serviço, prefeituras, primeiras-damas, entidades, todas elas trabalham com amor e carinho! Todas trabalham com dedicação, todas trabalham com amor ao nosso povo e o Governo do Estado tem que saber que, neste momento, estes abnegados precisam de apoio, porque eles fazem uma parte do trabalho que o Governo do Estado não faz!

Para concluir, queria agradecer, senhor presidente, e mais uma vez pedir ao nosso governador Roberto Requião, que foi eleito, preferencialmente pelos mais humildes, que não esquecesse das instituições deste Paraná, que fazem o trabalho que muitas vezes o governo não faz!

Muito obrigado, senhor presidente; muito obrigado, senhores deputados.

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar, falando em Estrada do Colono, também na tribuna de honra, a presença do prefeito de Florianópolis do Iguaçu, Nivo Perlin.

Seja bem-vindo, prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, meus colegas deputados e deputadas.

O estado democrático de direito garante a qualquer cidadão deste País o direito de defesa, e a ninguém compete, antes de ser provado alguma coisa contra alguém, o direito de defesa.

Na semana passada, na última quarta-feira, dia 5, eu estava ausente do Paraná, representando a Assembléia Legislativa do Paraná numa missão exterior e o Ministério Público do Paraná, através da sua assessoria de imprensa, em data de 05/11/2003, veicula uma nota na imprensa, de fato acontecido com um ex-assessor meu Roberto Antônio Teodoro, mais vinculando explicitamente o assessor ao meu gabinete de deputado estadual. Isto, prezados colegas, isto significa, em primeiro lugar o pré-julgamento do cidadão sem lhe dar o direito de defesa!

Quero dizer, em primeiro lugar que, como deputado, não tenho bola de cristal para saber da vida particular de cada assessor meu. Toda vez que contratamos alguém pedimos referência, e no exercício da sua função nós cobramos responsabilidade, seriedade, no trato da coisa pública, mas fora do exercício profissional, eu não tenho e ninguém tem como controlar a vida pessoal de cada um. Essa nota do Ministério Público, da assessoria de imprensa, é uma nota leviana. É um fato lamentável que o Ministério Público tenha usado, neste Estado e no Brasil, de condenar as pessoas antes de saber se elas são ou não culpadas.

Para aparecer na imprensa eles emitem notas e sorrateiramente entregam essas notas antes mesmo de dar direito de defesa ao acusado. Não tenho nada a ver com a vida particular do meu ex-assessor, como ninguém aqui.

De repente, se um assessor nos dá um cheque sem fundo, alguém vem cobrar do deputado, como se o deputado fosse responsável pelas contas particulares do cidadão e da sua família. E assim tem sido uma praxe neste Estado, de haver denúncias, inclusive anônimas, no Ministério Público em alguns setores do Ministério Público, alguns promotores, que usam a mídia para aparecer, veiculam notas e denigrem a imagem das pessoas. E depois, quando se prova o contrário, como fica a vida do cidadão? Como fica o cidadão que foi denunciado

levianamente, muitas vezes, a maioria das vezes, depois é absolvido? E a moral, quem repara?

E esta vinculação do assessor com o meu gabinete e com a minha pessoa de deputado, não tem outro destino, não tem outro objetivo, a não ser comprometer a vida deste Parlamento. O Ministério Público tem que cuidar, sim, de todas as denúncias que vão ao Ministério Público por escrito. Primeiro, são denúncias anônimas; segundo, tem que apurar tudo.

De repente, quando tem que apurar coisas dos grandes, quando tem que apurar o caixa 2, eles protelam todas as suas decisões. O que concluímos de tudo isso é que: primeiro, se tínhamos setores da imprensa deste País, da imprensa justiceira, aquela que julga antes de dar o direito de defesa, antes de apurar os fatos. Temos, aqui, no Estado do Paraná, o Ministério Público justiceiro, que associado à imprensa, solta notas. E pergunto se esse cidadão - não quero saber da sua vida particular, não me cabe entrar no mérito -, provar ou comprovar que não é culpado, como fica a sua vida? E como fica a nossa situação de parlamentar exposta em toda a imprensa como se nós tivéssemos obrigação ou conhecimento prévio das coisas que acontecem na vida de cada um?

Esta Casa precisa, acima de tudo, resgatar o seu poder. Os Poderes são independentes neste País. E é preciso que o Ministério Público respeite o Parlamento do Estado do Paraná, respeite as instituições, respeite o Poder Judiciário! É preciso que haja, entre os Poderes, esse respeito mútuo, para se querer alguma coisa de algum poder é preciso ter a responsabilidade dos seus atos. E essa nota que foi divulgada pela assessoria de imprensa e por um procurador ou um promotor que não me lembro o nome, parece que é Marcelo Bauser, é um fato evidente de querer aparecer na mídia para denegrir as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Barbosa Neto.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Os jornais de hoje, através das manchetes do Estado do Paraná, demonstram um claro sinal de preocupação com o rumo que esse governo está tomando. A gente vê que na Folha de Londrina, por exemplo, está mostrando que nós tivemos uma queda na arrecadação do Governo do Estado, que há dificuldades para se pagar inclusive a segunda parcela do 13º salário dos funcionários públicos e o governo parece que vai optar mais uma vez de fazer com que a corda arrebente do lado mais fraco, ou seja, vai cortar da área social, vai diminuir a assistência social dos nossos desvalidos, dos descamisados que tanto necessitam deste amparo social, no momento difícil que o país atravessa.

Nós vemos, por exemplo, que o porto de Paranaguá, que perdeu com a saída da Petrobras, que era uma grande fonte de arrecadação para o governo do Estado, por causa da falta de movimentação em alguns horários, porque o superintendente do porto está fazendo restrições

a operações desse mesmo porto, a movimentação de cargas em determinados horários. Isso significa menos emprego para os estivadores, para os parnanguaras, de uma maneira geral. Aliás, amanhã haverá uma Sessão Solene, onde com certeza o protesto que os deputados que estarão em Paranaguá terão que enfrentar.

Nós vemos por exemplo, que o Paraná perdeu para Santa Catarina esta fonte importante na nossa receita que era proveniente da Petrobras por causa de muxoxo ou elucubrações da mente fantasiosa daqueles que comandam o porto de Paranaguá hoje.

Nós vemos que o próprio governo está demonstrando na imprensa de hoje, que poderá usar dos mesmos subterfúgios do governo passado, para não cumprir a Emenda nº 29 com os 12% de investimentos na área da saúde.

Queremos evitar que isto aconteça.

Vemos por exemplo, que nós embarcamos numa canoa furada, não com o meu voto, diga-se de passagem, quando votamos aqui aquilo que o governador pregou como área de livre comércio ou de livre plantio para os transgênicos.

A imprensa nacional, o próprio governo federal, através do ministro da Agricultura, coloca por terra mais uma vez essas influências, quero acreditar que seja assim dos aprendizes de feiticeiro que cercam o governador, que com certeza está muito mal orientado e que até agora não mostrou a que veio.

Ontem, o renomado jornalista Boris Casoi, colocou por terra o bom nome nacional que ainda tinha o governador Roberto Requião, com a questão do nepotismo. Aliás, o governador se irrita quando é acusado de manter 26 parentes em cargos comissionados deste governo, coloca a culpa no governo passado, que agora é culpado por tudo o que acontece aqui.

Então, vejo mais uma vez uma série de erros sendo cometidos. Em outro jornal, talvez a serviço do próprio governo, mostra que o governo anterior gastou não sei quantos milhões na locação de aeronaves. Ora, senhor governador! Vamos pensar para frente, não vamos chorar o leite derramado! O senhor não foi eleito para isso. Nós queremos um governador que fala, faz e sustenta como era o seu mote do governo passado, mas que sustente principalmente a geração de empregos, que privilegie a saúde e que pense principalmente nos desvalidos, naqueles que acreditaram no governo, quando ele prometeu que ele ia acabar com o pedágio, o leite de graça, a luz de graça, o fim do pedágio. Onde estão aliás, esses compromissos de campanha que levaram mais uma vez o governador ao Palácio Iguaçu, que até agora no dia 11/11, ele frustra à expectativa da maioria da nossa população?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, o deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Volto a ocupar esta tribuna na tarde de hoje, novamente para falarmos sobre a Conferência Internacional do Soft Livre que aconteceu, no período do dia 5 ao dia 7 de novembro passado.

Na ocasião em que estive anteriormente nessa tribuna, fiz sérias críticas à coordenação ligada ao Governo, quando elaboraram essa tão esperada Conferência Internacional no Mundo da Informática. As minhas críticas se direcionaram principalmente porque no nosso entendimento, de maneira alguma poderia se abrir a oportunidade da maior empresa de Soft proprietário do mundo, patrocinar um evento que fala sobre Soft Livre. Algumas pessoas se manifestaram contrariamente à nossa fala.

Até compreendo a razão porque na sua maioria não são obrigados a entender da matéria, conhecer o assunto como nós procuramos nos aprofundar e conhecer, mas para ilustrar que a nossa interpretação estava prá lá de correto, eu trago na tarde de hoje, peço que fique registrado nos Anais desta Casa, o pronunciamento do presidente de uma das empresas de Soft Livre do nosso País, que também expressou o seu descontentamento, quando soube do patrocínio do Microsoft a esse evento.

A empresa a que me refiro, a Abrasol - Associação Brasileira de Soft Livre. Na pessoa do seu diretor, Jeferson Cavalcanti, ele faz o seguinte comentário:

“Fazer um evento sobre Soft Livre com apoio da Microsoft é paradoxal: é um absurdo.

Seria como abraçar o pingüim no palco que tem uma janela de fundo, que é o símbolo da Microsoft.

Entendemos que o evento deva ser apoiado economicamente pelos patrocinadores, mas nos parece que nesse caso seria preferível fazer algo mais simples ou mesmo adiá-lo, se a questão era econômica”.

Foi o desabafo do Jeferson, que é diretor da Abrasol. Outros mais entendidos na área do Soft Livre, também repudiaram essa atitude do governo que, negligenciando o princípio do Soft Livre, aceitaram o patrocínio da maior empresa que faz frente contra o movimento do Soft Livre.

Houve o cancelamento da visita de uma figura muito conhecida no mundo Linux, chamado Richard Stallman; ele foi projeto Guinu. Ele não veio, ele cancelou a vinda dele para o Paraná alegando que tinha quebrado o braço, mas corre o boato que no fundo, no fundo, ele como outros defensores do Soft Livre ficou decepcionado com a gafe do governo, em permitir que a Microsoft financiasse esse evento.

Quero aproveitar o ensejo e registrar o meu repúdio a um jornalista, que agora não tenho o nome dele, que cuida de um jornal desse da Internet, um pasquinzinho da vida e, ele em suas páginas na internet, alega que havia denunciado que o processo licitatório de informatização desta Casa, do qual estava fazendo parte, era direcionado, alegando que já estava direcionado para duas empresas de soft livre a Red Hat e a Conectiva.

Tamanha ignorância desse jornalista, que não entende nada de soft e meteu-se a falar do que não sabe. Não compreendeu que o Linux, ao contrário do que o seu curto raciocínio lhe permitia, com a extinção da Red Hat o Linux continua sendo Linux e continuará mais forte o projeto de desenvolvimento de soft livre pelo mundo. Seria mais ou menos como se extinguisse uma fornecedora de combustível em nosso país, uma Texaco da vida. E nem por isso iríamos entrar em pânico, porque existem outros fornecedores de combustível.

Assim aconteceu com a Red Hat. Achando que seria do seu interesse não mais fornecer a marca Red Hat livremente. Eles abriram uma linha de soft proprietário, que é direito deles, mas mantém com outro nome Fedora, o processo de desenvolvimento do soft livre. No mundo Linux isso é normal.

Não é de estranhar que esse citado jornalista é um energúmeno no assunto.

Para finalizar, quero encaminhar um pedido de informação à Mesa, um requerimento encaminhado ao meu amigo, Nizan Pereira, esclarecendo sobre alguns itens desse encontro internacional de soft livre. Quero saber: qual o custo total da conferência, quero especificado; critério para escolha dos patrocinadores, principalmente Gold e Silver, os parceiros; o valor de recursos financeiros repassados por cada patrocinador, especificar os patrocinadores; qual o valor arrecadado com as inscrições, o número de participantes dessa conferência e a despesa de cada palestrante e assim por diante.

Encaminho à Mesa esse requerimento, aliás, pedido de informações para ficar claro quanto foi o custo dessa festividade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Com a palavra o deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que me traz nesta tribuna hoje é para comentar mais uma ação do governador Roberto Requião que, agora virou a sua metralhadora giratória contra os meios de comunicação do Paraná.

Hoje, durante o lançamento de um programa de lixo, criticou o Dr. Francisco e o jornalista Fábio Campana, dizendo que ele venceu na justiça uma ação na ordem de cem mil reais contra o jornal Gazeta do Povo. Fruto, essa ação, de que no passado a Gazeta do Povo havia publicado matérias para tentar desvirtuar os números das eleições do Estado do Paraná.

Deixou claro o governador Roberto Requião, que a “Gazeta do Povo” é responsável, em grande medida, pelas fraudes na opinião pública do Estado do Paraná.

Não posso acreditar! O governador todo dia tem que atirar; todo dia tem que criticar; todo dia tem que criar um fato novo no seu governo para esconder, acredito eu, o mau governo que vem fazendo. Poucas coisas acon-

tecem no nosso Estado do Paraná. Já brigou com relação ao requerimento do deputado Elio Rusch; questionando os gastos da Ilha das Cobras, acabou vindo no lugar de se defender com uma crítica voltada ao pedido do deputado Elio Rusch; com relação aos recursos destinados para compra de mais um avião para o governo do Estado do Paraná, o governador responde fazendo crítica ao governo anterior. Por isso, é um governador, que critica os seus aliados: o deputado André Vargas e também o deputado Luciano Ducci, quando questionam os números destinados no orçamento para a saúde; o governador que critica os seus aliados, que critica os seus adversários e agora está criticando a imprensa como um todo! Quando ele vai começar a governar o nosso Estado do Paraná? Quando suas promessas vão ser cumpridas?

Está aí o pedágio e, agora, no dia 1º de dezembro, teremos um aumento do pedágio! Saiu na imprensa que esse aumento será em torno de 11%; estamos vendo leite que ainda não chegou na grande maioria dos municípios do nosso Estado do Paraná; a Sanepar com a sua tarifa que ia ser reduzida para os pequenos consumidores. Enfim, o governador esqueceu de governar o nosso Estado do Paraná! Está se apegando em brigas, em discussões, em crítica para tirar o holofote da opinião pública do mau governo que ele vem fazendo no nosso Estado.

Quero me posicionar em defesa do Dr. Francisco da Cunha Pereira e do jornalista Fábio Campana. Estes homens que escreveram a verdade, que trazem no jornal e nos meios de comunicação que dirigem a verdade e a verdade dói!

Por que a Folha de São Paulo foi tão criticada pelo governador do Estado quando escreveu contra ele, mas quando escreveu que o ex-governador Jaime Lerner pagou matéria para imprensa nacional, o governador Roberto Requião disse que era uma grande notícia que estava sendo dada pelo jornal Folha de São Paulo quando criticava o seu antecessor.

Não é justo, não é certo! Quando a matéria é a favor é um grande jornal; quando a matéria traz uma questão polêmica contra a sua administração, mostrando a verdade, o jornal deixa de ser um bom, jornal!

Espero, senhores deputados, que este governo comece, pois, até agora, não chegou a ponto algum.

O Sr. Valdir Rossoni

Um aparte, deputado?
(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Este horário não pode ser destinado ao aparte.

O SR. ELIO RUSCH

Horário do PFL, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao PFL.

Fará uso o deputado Plauto Miró por cinco minutos, já concedendo o Aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Eu agradeço o aparte e agradeço a V. Exa., presidente.

Eu ia fazer uso do Pequeno Expediente, mas não tive tempo, quando cheguei lá, já estava preenchido o número de inscritos.

Ontem, na verdade, talvez a minha mensagem não tenha chegado ao governador e quem sou eu para ter essa pretensão, mas nós fizemos um pedido ao líder do PT que pedisse ao governador que todo dia ao levantar lembrasse que foi escolhido por todos os paranaenses para ser o governador de um dos Estado mais maravilhosos desta Nação, mas parece que ele levanta todos dia azedo, de mal com a vida, parece que ele não está governando este Estado.

Pasmem os senhores: eu ouvia, hoje, na CBN, o vice-governador, Orlando Pessuti, que falava sobre a questão dos transgênicos e, no mesmo momento, o governador Requião fazia críticas contundentes contra o ministro da Agricultura. Quer dizer, ele está tentando justificar uma crítica que recebeu! Diga-se de passagem, a postura da liderança da Oposição foi totalmente diferente da dele, a nossa postura, ontem, foi comunicado à Casa que não nos pronunciáramos sobre a matéria da Folha e do Estado, porque isso era uma questão de família e era uma questão do governador. Veja o posicionamento da Oposição. Agora, o governador atacou o Jaime Lerner, que está na Austrália; atacou hoje um dos principais e um dos mais importantes jornais do Estado do Paraná, atacou um colunista que é respeitado por todos os paranaenses; atacou o ministro da Agricultura que, diga-se de passagem, é uma das poucas coisas boas que tem o governo Lula, um profundo entendedor de agricultura.

Aí, quando nós fomos votar a questão dos transgênicos aqui, deputado Plauto, que alguns votaram contrário ao projeto do deputado que subscreveu, nós avisamos que o governador estaria criando uma grande confusão para a sociedade paranaense. O que vai acontecer? Eles vão acabar lá no Porto de Paranaguá embarcando soja transgênica porque não estão encontrando mais saída. Quem leu hoje os jornais, já viu o ministro da Agricultura praticamente chamando a atenção do governador do Paraná, que não aceita isso.

Então, o que acontece? O Paraná perde com isso! Quando o governador se posiciona dessa maneira, querendo ser o dono da verdade, veja, ele é um homem que tem um perfeito relacionamento com o presidente Lula. Ele tinha que usar esse prestígio que tem com o presidente, para influenciar na reforma tributária.

Nunca vi o governador levantar uma vez a voz em defesa dos Estados e dos Municípios. Nunca vi, diga-se de passagem, quando era senador também.

Quanto à questão da taxa do ICMS da energia elétrica, que o Paraná deveria estar lutando neste

momento na reforma tributária, ele deixa o governador do Rio Grande do Sul falar em nome do Paraná, porque é quem representa a região Sul, na Comissão.

Então, na verdade, o governador do Paraná precisaria de um afago amigo, daquela conversa, como disse ontem o presidente Lula, “prosear” com o governador. O presidente da República disse: “estou com saudade de prosear”.

Acho que o que precisa o governador Requião, é que o seu líder, os seus aliados. “proseiem” com ele de uma forma fraterna e digam-lhe que o Paraná não é contra o Requião. O Paraná é contra as suas atitudes.

E é por isso que o estamos criticando, senão, nem estaríamos fazendo uso e fazendo o aparte, porque não é admissível que ele, na sua prepotência, venha a querer calar a voz da imprensa paranaense. Isso nós não vamos admitir, permitir e permanecer calados.

Concordo com V. Exa., cumprimento-o pelo pronunciamento, me somo a ele e sei do que V. Exa. está falando aqui, do que eu estou falando. Por mais humildes que sejam essas palavras, chegarão aos ouvidos do governador Requião, e hoje ele vai dormir melhor. Amanhã vai levantar de bem com a vida e vai tratar os paranaenses com o respeito que os paranaenses merecem.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Agradeço o seu aparte, deputado Valdir Rossoni, e quero deixar aqui, encerrando o meu pronunciamento, a esperança de que o governador do Estado do Paraná comece realmente a governar o nosso Estado. Deixe de brigas, deixe as questões polêmicas de lado e comece a governar o nosso Estado. Ele foi eleito pela população para governar o nosso Estado do Paraná com mais de 50% dos votos e não é justo vermos só críticas, só brigas, e na hora em que é criticado, ele revida atacando. Ele não tenta se explicar, senhor presidente e senhores deputados. Quando é criticado ele vem para o ataque e não explica exatamente aquilo que foi apontado e criticado.

Espero que o governador do Estado do Paraná tenha a humildade de ver que está numa linha que não é correta, e da forma como está fazendo, está prejudicando a todos nós paranaenses.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No horário destinado ao Grande Expediente, fará uso da palavra o Movimento Juvenil pela Unidade e em seguida também o vereador-mirim da cidade de Ibioporã.

Convido agora a Srta. Renata Tortelli e Murilo Freitas, para fazerem uso da tribuna pelo Movimento Estudantil pela Unidade.

A SR.TA. RENATA TORTELLI

Boa tarde a todos.

Me chamo Renata Tortelli.

(Lê):

“Todos nós aqui fazemos parte do Movimento Juvenil pela Unidade. Gostaríamos em primeiro lugar de agradecer pela oportunidade que os senhores nos deram de estarmos hoje aqui presentes e podermos apresentá-lhes a nossa proposta.

Em 1984, Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, diante de um grande número de adolescentes que aderiram à sua proposta de vida, fundou especificamente para nós o Movimento Juvenil pela Unidade.

Somos milhares e milhares de adolescentes no mundo inteiro, presentes em 182 nações. Na maioria, somos cristãos, mas também muçulmanos, budistas, hindus e das mais diferentes convicções. De países ricos e países pobres, porém nos sentimos como uma grande família. Quem possui mais, divide com quem não tem. E quando as diferenças poderiam nos dividir, procuramos aquilo que nos une para abater os muros que criam preconceitos e incompreensões.

A unidade é o grande ideal pelo qual decidimos viver. Não paramos para olhar os aspectos negativos da sociedade que poderiam tirar-nos a esperança, mas pelo contrário, queremos estar na linha de frente na construção deste mundo unido.

Por isso, queremos difundir entre os adolescentes um novo estilo de vida, baseado sobre os valores universais, como a fraternidade, a gratuidade, a reciprocidade entre as gerações, que possa oferecer um contributo à projeção de um futuro de esperança.

Muitas são as atividades realizadas pelo MJU, como, por exemplo, congressos internacionais, congressos nacionais, sociais e o nosso maior objetivo é trabalhar pela paz. Há tempos atrás lançamos uma ação mundial, à qual demos o nome de Time-Out, isto é, um momento de silêncio em oração pela paz. Em todo o mundo, na mesma hora, paramos para pedir pela paz no mundo! Essa manifestação se concretizou profundamente nesses últimos meses, quando vimos os acontecimentos ‘da guerra no Iraque, aqui no Brasil procuramos fazer o Time-Out às 08h00 da manhã.

Além disto, aqui em Curitiba fizemos uma panfletagem na Boca Maldita, distribuímos 5000 panfletos convidando todos a viverem conosco a regra de ouro “faça aos outros aquilo que gostaria que fosse feito a você. Não faça aos outros o que não gostaria que fosse feito a você”. Na ocasião, arrecadamos 1300 assinaturas em adesão à paz.

Promovemos também uma marcha pela paz, no Parque Barigüi.

No ano passado, 9000 adolescentes de 98 países se reuniram em Roma, para o super congresso; e transmitiram através de múltiplas expressões artísticas, intercâmbio cultural e inúmeras experiências, a concretização do Mundo Unido. No dia seguinte, esse número aumentou para 12000 adolescentes, de diferentes escolas, que se uniram a nós para juntos fazermos uma marcha pela paz. Percorremos as ruas do Coliseu até o Vaticano, testemu-

nhando a realidade do Mundo Unido e convidamos as pessoas a viverem conosco pela paz.

Nesse super congresso, estavam presentes também 40 adolescentes do Paraná.

Após o super congresso mundial, vimos que muitos adolescentes não tiveram a oportunidade de estar presentes, por isso resolvemos fazê-lo em Curitiba. Aconteceu no dia 05 de outubro. Foi feito de uma forma muito atraente, dinâmica e artística. Participaram 1500 adolescentes de todo o Paraná, representações de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo; contamos também com a presença de 12 autoridades, sendo vereadores assessores e um deputado federal. O tema foi Paz: do sonho à realidade! Pois acreditamos que se cada um fizer a sua parte, ela é possível!”

O SR. MURILLO FREITAS

Faz dois anos que mudei de colégio, e os meus colegas sempre ficavam “zoando” com a minha cara. E daí, um dia, foi a professora quem escolheu as equipes, e eu vi que aquele era o momento de amar o meu inimigo. E foi ali que eu dei todo o meu amor, toda a minha compreensão para ele. E depois ele se tornou o meu melhor amigo.

A SR.TA. RENATA TORTELLI

(Lê):

“Um mundo de paz nasce e cresce a cada dia, em cada um de nós. O segredo é viver a regra de ouro, presente em todos os credos do mundo, está inscrita no coração de cada homem. Ela nos convida a viver o respeito, o amor. Mas amar é uma arte que possui qualidades, esta pede para amar a todos, ser os primeiros a amar, amar concretamente, fazendo-se um com o outro, e também amar o inimigo. Colocar em prática esta arte de amar nos nossos ambientes, é já realizar a fraternidade universal; isto é, fazer do mundo uma família de povos unidos.

Alguns pontos que podem nos ajudar a colocar em prática o nosso estilo de vida:

Dizer não ao ter sempre mais

Difundir a “cultura do dar” que nos faz compartilhar com os outros não somente aquilo que temos, mas principalmente aquilo que somos.

O outro: um planeta a ser descoberto

Acabar com os julgamentos e discriminações: esforçar-se em conhecer quem é diferente de nós. Descobrir a riqueza do outro levando somente em conta as coisas que nos unem.

Time-out pela paz

Responder ao ódio com o perdão, alimentando todas as ocasiões com esperança. Pedir ao céu uma ajuda especial, marcando um encontro a cada dia, às 8 da manhã, para fazer um momento em silêncio e oração. Gostaríamos que, em todas as partes do globo, parássemos para este time-out para pedir a paz.

Acreditar sempre na vida

Reconhecer o valor da vida a cada momento. Cuidar do nosso corpo e respeitar o do outro, porque o nosso corpo exprime aquilo que há de mais verdadeiro na nossa existência.

Harmonia e natureza

Deixar uma marca de harmonia do nosso modo de ser e no ambiente que nos circunda. A terra nos foi dada como um dom, respeitando-a difundindo uma cultura ecológica para entregá-la ainda mais bonita para as futuras gerações.

Uma rede entre as escolas

Aprender a descobrir as sementes da verdade presentes nas diferentes culturas e religiões. Fazer da escola um local de crescimento e de convivência fraterna, onde se possa conhecer mais outros povos.

Mídia

Usar os meios de comunicação de massa para divulgar o positivo e rejeitar tudo aquilo que desrespeita a dignidade da pessoa humana.

Vivemos assim, para concretizar o nosso desejo de paz em todos os ambientes do nosso dia-a-dia. Gostaríamos de lançar essa proposta a vocês também. De viver na política o amor, viver entre vocês a regra de Ouro: “Faça aos outros aquilo que gostaria que fosse feito a você, não faça aos outros aquilo que não gostaria que fosse feito a você.”

Entra o MPU.”

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

O Sr. Armando Tortelli vai fazer um convite aos senhores deputados.

O SR. ANTONIO TORTELLI

Muito boa tarde!

Meu nome é Armando, faço parte desse vastíssimo Movimento dos Focolares, assim como a minha esposa, Roseli. Esse movimento que está presente no Mundo inteiro, em duzentas nações, e que tem como objetivo isto que a Renata dizia: “construir um Mundo novo através do amor”. De que maneira? Através do nosso ser cristão que depois acaba se transformando nas nossas ações no dia-a-dia, seja uma ação na família, no trabalho, na política.

E temos um convite a fazer a vocês. Na Europa, em 1996, na cidade de Nápoli, na Itália, um grupo de parlamentares, membros desse movimento, perguntaram à fundadora: como é que nós podemos construir a fraternidade na política?

E a fundadora desse movimento disse: “Para construir a fraternidade na política é necessário colocar os valores que temos, cristão, éticos e morais, no nosso agir, no nosso dia-a-dia na política”. A partir daí nasceu então o MPU (Movimento Político pela Unidade), que nós chamamos, que não é naturalmente outro Partido, mas sim, um novo modo de fazer política. Nasceu de fato aquilo que nós chamamos da Fraternidade na Política.

Na Europa muitos parlamentares, prefeitos, enfim, de Partidos mais diversos, participaram do MPU e tam-

bém, aqui no Brasil. Na Europa essa proposta se estendeu muito rapidamente e também no Brasil, encabeçada por vários deputados federais e estaduais de outros Estados e também aqui do Paraná. O que visa o MPU?

Deputados, desculpem-me se estou dizendo algo que venha feri-los. Espero que não. Dar uma alma à política. Dar a fraternidade de fato, a política. Fazer da política o verdadeiro bem comum. Acredito que é aquilo que todos os senhores também buscam. Mas com a referência de pessoas que querem fazer disto de fato, um ideal de vida.

No Brasil existe um grupo de 25, 30 parlamentares, de vários Partidos diferentes, que se encontram em Brasília, uma vez por mês, para aprofundar essa realidade entre eles. Como dizia a Renata: Viver a regra de ouro. Fazer ao outro, o que gostaria que fosse feito a si próprio. E não fazer ao outro o que não gostaria que fosse a si próprio. Isso está causando uma revolução, tanto no interior do próprio Partido, como também nas relações entre os Partidos. Acho que não é o caso de citar aqui os parlamentares, que em Brasília participam.

Neste mês, no dia 28 haverá um grande encontro nacional do Movimento Político pela Unidade, em Brasília. Queremos convidar todos os senhores, com a participação de membros que participam a muito tempo, de diversas igrejas e Partidos e também com a participação de membros de Partidos políticos, parlamentares e políticos de outros países. Esse evento terá uma repercussão nacional também em nível de mídia. Acreditamos no nosso grande ideal, o nosso grande objetivo de vida, que a sociedade, para ser renovada, deve iniciar pela política.

Sabemos que o futuro está em vossas mãos.
Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Esta Presidência em nome dos deputados, agradece ao Sr. Armando Tortelli, a Roseli Tortelli, a Renata Tortelli e ao Murilo Freitas, pela visita aqui nesta Casa e pelo convite feito.

Parabéns pelo trabalho do Movimento Focolares.

Peço que o Rafael providencie aqui para que seja entregue aos deputados o convite.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (Pela Ordem)

Quero aproveitar a ocasião para agradecer aos companheiros do Movimento Focolares. Sou padre e participei por muitos anos do Movimento Focolares e tenho muita admiração por este movimento, sobretudo por aquilo que o movimento tem tratado, no que diz respeito à unidade. No mandamento que está consignado em João 17: Que todos sejam um, oh, Pai, assim como Eu e Tu somos um.

Parabéns ao casal e aos adolescentes que aqui estiveram. Meu abraço especial a todos do Movimento Focolares.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

A segunda parte do Grande Expediente será destinada à vereadora mirim da Câmara Municipal de Ibiporã, Daniela Delfim.

Convido ao deputado José Maria Ferreira, para fazer a apresentação da vereadora mirim.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Tenho a honra e a satisfação de, mais uma vez, trazer à tribuna da Assembléia Legislativa uma representante da cidade de Ibiporã. A Câmara Mirim de Ibiporã funciona há seis anos, pela iniciativa do vereador João Toledo G. e da vereadora Lourdes Aparecida Narciso, que lá atrás tiveram a disposição de criar na juventude, nos adolescentes, uma convicção da importância da política do nosso meio.

Nós criticamos muito a população, muito os jovens, que não se interessam pela política e são alheios a ela, mas estamos vendo quando estimulado, a exemplo da Renata Tortelli, que aqui esteve.

Esses dias estiveram também no meu gabinete, junto com um grupo de jovens focolarinos, junto com sua mãe e seu pai, o Murilo, mostrando que quando nós criamos os espaços, quando abrimos a nossa couraça, nós descobrimos no jovem, no adolescente, talentos para a política.

Em Ibiporã já são 132 jovens que nesses anos passaram pela formação do curso de vereador, por um ano, Participam como?

Não participa o político indicando, mas participa a escola, mostrando numa eleição aqueles que devem liderar os jovens e que devem representar numa Câmara virtual, criada apenas para a integração dos jovens com a sociedade e dos jovens com o poder, e como é que funciona - o jovem vota aos 16, e aqui está a Daniela que daqui a três anos, com certeza, estará votando, escolhendo o presidente da República, escolhendo senadores, escolhendo governadores, deputados, prefeitos, mas que não tem o conhecimento de como funciona. São dez escolas, mais de mil alunos envolvidos no processo e que permite que dali possam sair verdadeiros líderes. E o aumento, esta qualidade dos jovens dentro da sociedade nós já experimentamos hoje, quando olhamos os jovens que estão entrando no mercado de trabalho. Quase todos, dos 132 jovens, hoje têm uma atividade no mercado de trabalho. Por quê? Aprenderam a tratar com o público, aprenderam a conhecer a estrutura, aprenderam a se relacionar com a sociedade, aprenderam a compreender o seu tempo. Do lado da revolta ou da incompreensão, do momento que a sua idade lhe permite, ele passou, com certeza, a fazer esta compreensão.

Por isso, Armando Tortelli, a você, a Roseli, e a todos que militam no movimento, meus parabéns, porque se nós queremos construir uma geração nova, um homem novo, nós precisamos fazer investimento na juventude. E aqui nós temos 36 jovens de Ibiporã, da 7ª e 8ª série, todos passam por um período de treinamento na Câmara Municipal e encerram o seu período sempre aqui na Assembléia Legislativa, Uns que estão iniciando o seu mandato de vereador-mirim e um grupo que já está encerrando.

Faço esta acolhida aos jovens de Ibiporã, em meu nome, em nome da deputada Elza, Barbosa Neto, André Vargas, que representam Ibiporã.

Parabéns à Câmara Mirim de Ibiporã. Parabéns a esses que encerraram neste momento este ano o seu mandato, e àqueles que iniciarão, com certeza, o sucesso e o reconhecimento da sociedade.

Neste momento, senhor presidente, com a sua autorização e dos demais companheiros, passo a palavra a Daniela Delfim para que, em breves palavras, ela possa relatar um pouco da experiência e daquilo que constitui a Câmara Mirim de Ibiporã.

Muito obrigado.

A SRTA. DANIELA DELFIM

Boa tarde a todos.

Exmo. Sr. Hermas Brandão, *mui digno* presidente da Assembléia Legislativa do Paraná e demais componentes da Mesa Diretora; Exmo. Sr. deputado José Maria Ferreira, digno representante da nossa querida Ibiporã, que honrosamente ocupa uma cadeira nesta Casa e colaborou para que chegássemos até aqui; Exmos. deputados, Elza Correia, André Vargas e Barbosa Neto, representante da nossa vizinha cidade de Londrina; demais deputados e deputadas presentes; vereador João Coloniezi, vereadora Lourdes Narcizo, senhoras e senhores.

A Câmara Mirim de Ibiporã sente-se honrada pela oportunidade de conhecer este parlamento e agradecida pelo privilégio de usar desta tribuna para deixar sua mensagem aos senhores.

Este projeto, senhores deputados, foi idealizado pelos vereadores João Coloniezi e Lourdes Narcizo, oficializado pela Resolução 01/97, no âmbito da Câmara Municipal de Ibiporã.

É constituída por estudantes da 7ª à 8ª séries, escolhidos dentre seus pares nas escolas públicas e particulares, para exercer o mandato de um ano, com duas ou mais reuniões mensais.

Este projeto tem por objetivo: a educação, através de vivência, desenvolvimento de posturas adequadas, ética, respeito, prática do civismo, busca de conhecimento, o exercício de cidadania; além de entender na prática como funcionam os Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, e o intercâmbio que possibilita conhecer melhor a realidade do município sob todos os aspectos.

Nós encaminhamos propostas relativas a temas como educação, saúde, esporte, lazer cultura, meio ambi-

ente e assistência social, de interesse do município. A Câmara encarrega-se de encaminhar as proposições aos órgãos competentes para análise e viabilidade;

A nossa convivência através deste projeto, nos possibilitou um olhar diferente para a política e os políticos. Levou-nos a descobrir que somente com a força da sociedade organizada e a representatividade conferida a seus líderes, poderemos promover mudanças e sonharmos com dias melhores para nosso município, nosso Estado e o nosso País!

Aprendemos também que qualquer que seja o seu campo de atuação, é preciso fazer a diferença. E que somente com ideais claros, pautados pela ética, justiça, honestidade, civismo e cidadania poder-se-á construir uma nova ordem mundial onde reine a fraternidade e a paz.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhores deputados nós agradecemos pela abertura que o deputado Hermas Brandão nos concedeu, agradecemos ao presidente Stica e aqui, mais uma vez vemos, quando tratamos a juventude com diferenciação de respeito, ela produz o talento que nós estamos colhendo em Ibiporã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos a Daniela Delfim e todos nosso visitantes de Ibiporã, obrigado pela visita.

Queremos registrar o aniversário do deputado Nelson Tureck, no dia de hoje, parabéns.

No Horário das Lideranças partidárias, com a palavra o deputado André Vargas, no Horário do PT.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Tenho, na medida do possível, como deputado, procurado exercer o meu mandato dentro dos marcos constitucionais deste Estado, usando as prerrogativas de parlamentar.

Falava agora informalmente com alguns deputados do PT a posição que tenho aqui é a posição deste deputado, mas, socializando uma preocupação e perguntando, inclusive instado, pela imprensa com relação às notícias da Folha de São Paulo com relação à prática de nepotismo, e perguntado, respondia que nós temos desaconselhado, dentro do Partido, tal prática, e isto tem acontecido, infelizmente, em alguns casos de administrações nossas.

Em 2000 quando o PT assumiu inúmeras prefeituras, criou-se uma terminologia no sentido de atacar alguns prefeitos eleitos pois que haviam escolhido alguns parentes para ocupar cargos de confiança, mormente aqui no Paraná e em alguns municípios e usaram uma termi-

nologia chamada nepotismo. Isso foi notícia no Paraná e na “Folha de São Paulo” em específico. Naturalmente cada governante escolhe a sua forma de administrar. Eu acho inadequado, muitos acham inadequado, outros o praticam. E esse é o juízo de cada um e o ônus cada um acaba de sofrer. Não poderíamos deixar de emitir a nossa opinião, porque muitos cobravam, em silêncio, do Partido. E mesmo o Partido desaconselhou companheiros nossos de tal prática. Portanto estou aqui, expressando a minha opinião, a minha posição. E eu não dito regra para ninguém. E é exatamente por isso que me parece perfeitamente adequado colocar essa posição.

Outra preocupação que eu acho que precisa de moderação, respeito, quando qualquer autoridade deste Estado trata de uma outra autoridade federal. Podemos ter posições divergentes, inclusive na questão da legislação dos transgênicos. Mas é preciso ter respeito, quando o governador se refere a um ministro de Estado, para que não se trate desse ministro de forma jocosa. Esse ministro que goza da inteira confiança do presidente Lula. Temos posições diferentes, há uma legislação divergente. Tramita no Congresso, duas legislações, uma medida provisória que está por adentrar no Congresso Nacional também uma legislação sobre bio-segurança. Voltamos aqui, e estamos sofrendo consequências positivas e negativas da votação.

Agora, em função dessa disparidade de legislação, é natural que tenha agricultores que pretendam plantar transgênicos. E é natural que se aplique a Legislação do Estado e da União. Mas não se pode atacar um ministro de Estado que tem dado a este país contribuições no sentido do crescimento da nossa balança comercial. Não se pode tratá-lo de forma jocosa, diminuída e agressiva.

Portanto, não deixaria de usar a palavra para defender o Governo que represento, o governo do presidente Lula, que é o governo de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao PMDB com a palavra o deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente e senhores deputados.

Nós, do PMDB não entendemos as afirmações do senhor deputado André Vargas sobre nepotismo. Mesmo porque não entendemos que essa velha prática dos Papas esteja em curso hoje em dia na República e mesmo, aqui no Paraná, porque o conhecimento da história, tem faltado a quem aplica isso a pessoas que trabalham.

Os nepotes dos Papas que deram origem a palavra, eram nomeados para a vida toda para receber os dízimos da Igreja, como ratazanas do tesouro. E para não trabalhar. Não diríamos isso da mulher do ministro José Dirceu, que é funcionária pública; da mulher do deputado Paulo Bernardo, que é diretora-funcionária de Itaipu; da mulher do presidente da Câmara dos Deputados, que trabalha no Senac; da mulher do presidente Lula que tem

gabinete no Palácio do Planalto e certamente presta o seu serviço à Nação, para ter gabinete na sede da República, e muito menos diríamos isso da mulher do ministro Berzoini, que é chefe de gabinete do deputado Paulo Bernardes e que tem ficado longe do ministro Berzoini.

Veja! Esse ministro que feriu a lei mosaica “honrar pai e mãe” no momento em que mandou os velhos de 90 anos irem às filas da Previdência! Esse ministro, a quem parece que não adiantou a tradição de seu escritório de consultoria em assuntos previdenciários, que era muito usado pelas prefeituras do PT, que fez com que os justos pagassem pelas possíveis fraudes de fantasmas previdenciários! Ele poderia ter mandado auditores do serviço social ou soldados do Exército nos domicílios para verificar *in loco*!

Grave, na República, é maltratar os velhos, grave não é um partido político valorizar mulheres que tem currículo profissional e aproveitá-las nos quadros do Governo. Grave, não é valorizar pessoas que são de várias famílias, que pertencem a quadros de partidos políticos e aproveitá-las nos quadros de Governo! Isto existe no PT, no PMDB, existiu no PFL, existiu em todos os tempos de todas as Repúblicas e de todos os Impérios. No meu ponto de vista, é preciso talento para governar, talento, qualificação profissional e poder de idéias.

Quando exerci a Prefeitura, na Fundação de Ação Social, a minha mulher, Margarita, colocou em prática um projeto de valorização dos idosos, chamado “Vale Vovó”, que ia buscar os velhos em casa e lhes dava cesta básica e assistência em casa. Eram 9 mil idosos de Curitiba! Não venham dizer que não dá para ver ou visitar os 90 mil ou 150 mil idosos do Brasil com auxílio do Exército! O Berzoini tornou-se um inimigo dos brasileiros de terceira idade. Submeteu os humildes ao sofrimento e à humilhação como se eles tivessem culpa da desordem e da desorganização da Previdência. Houve um precedente no Império Romano, quando Cesar Augusto arrastou nossa Senhora e São José como uma raça de escravos ao recenseamento em Belém de Judá...

(é retirado o som)

... e do tempo do stalinismo e do nazismo, o ministro não pedir desculpas à Nação, dá para lembrar o Armando Falcão sorrindo diante dos mortos e dizendo “nada a declarar”. Desejo ao ministro Berzoini e à sua mulher, que tenham a bênção dos anos, os 90 anos; a vista faltando, os sentidos da audição acabando, o peso dos ossos, e que eles não tenham, pela Divina Providência, que ir a um guichê da Previdência.

Quero dizer mais uma vez, que nepotes eram os sobrinhos dos papas, que como ratazanas do tesouro devoraram o dinheiro público sem trabalhar.

Quem trabalha como as mulheres dos ministros do PT, ou as senhoras citadas aqui pela Folha de São Paulo, no Paraná, se trabalham e prestam serviços com talento à Nação, merecem o nosso respeito.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

O deputado Rafael Greca, se refere a quatro pessoas, parentes de parlamentares de ministros que trabalham nos gabinetes de parlamentares. Ocorre que, se fôssemos citar parentes de parlamentares que estão no Governo do Estado....

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Não é pela ordem.

Horário destinado à Liderança da Oposição.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Eu só queria fazer uma consulta a V. Exa. e queria perguntar aqui aos debatedores. Quem é o Saddam Houssein e quem é o Bush?

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Não é pela ordem.

Horário destinado à Liderança da Oposição.

Deputado Élio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

A coisa está ficando engraçada, está ficando importante na Assembléia Legislativa.

Alguém me disse uma vez: “Em briga de família, quem mata, mata, eu não me meto”. São questões que têm que ser resolvidas dentro do próprio Palácio e dentro da sua própria base. Mas, o tempo é o dono da razão. É isso que falávamos ontem. O tempo se encarrega de confirmar a veracidade ou se encarrega de desmentir aqueles falsos moralistas que muitas vezes aparecem como salvadores da pátria.

O que nos traz á tribuna hoje é a questão dos transgênicos. A Assembléia Legislativa tem votado um projeto de lei de autoria dos próprios parlamentares, aqui da Casa.

Naquela ocasião, nós com diversos outros parlamentares, questionávamos a legitimidade e a constitucionalidade desse projeto com relação à legislação, que estava sendo discutida a nível de3 governo federal.

O governo Lula, através do ministro da Agricultura foi muito feliz, quando formou uma equipe de diversos ministros de Estado, para que fizessem esse estudo e trouxessem à luz uma possibilidade da liberação ou não liberação dos transgênicos no nosso Brasil.

Pois bem, veio a Medida Provisória e a Legislação Federal. Ela é superior à Legislação Estadual e, cabe exatamente aos governantes, seja a nível estadual ou mesmo a nível federal, obedecer a legislação vigente, porque, acima dos governos, existe a lei. A lei deve ser cumprida.

Eu tenho falado na discussão, no encaminhamento desse projeto e dessa lei, que eu não sou especialista e não seria a pessoa mais indicada para falar sobre os transgênicos, mas eu tomei o cuidado de me assessorar, de ouvir exatamente o setor produtivo do Estado do Paraná, sejam as cooperativas, a Ocepar, alguns agrônomos e,

principalmente, aqui na Assembléia Legislativa, o deputado Augustinho Zucchi, que é da área e que entende da agricultura do nosso estado, e porque não dizer, do próprio país. Inspirado, também, no ex-secretário da agricultura, hoje senador Osmar Dias.

Toda a imprensa, no dia de hoje, mostra não só no Paraná, mas a imprensa nacional, faz considerações com relação à lei do Estado do Paraná.

Vem um ministro interino, aqui para o Estado, o José Amauri e pede para que o Governo do Estado do Paraná, não declare o Paraná uma área livre dos transgênicos, mesmo porque existe a legislação federal e existe no Estado do Paraná 225 agricultores que assinaram o termo de ajustamento de conduta amparados numa lei federal.

Como é que o Estado do Paraná, o senhor Roberto Requião, que quer estar acima da lei, proibir os transgênicos no Estado do Paraná? Tudo tem limite! Por isso mesmo, o nosso Partido, PFL, na semana passada pedindo a inconstitucionalidade da lei no Estado do Paraná. Vamos ver o que vai acontecer no Estado do Paraná.

Infelizmente devo dizer desta tribuna: o tempo vai se encarregar de confirmar o prejuízo que este governo está causando à agricultura e à economia do Paraná.

Se não bastassem só os transgênicos, vem ele querer se sobrepor à legislação federal que é o porto de Paranaguá! Já existe precedente. O que vamos fazer no Estado do Paraná? Afastamos investimentos, perdemos mais de um bilhão de dólares!

E agora, vem o governo do Paraná causar um prejuízo enorme também no porto de Paranaguá. Investimentos feitos pelo ex-governador, junto com a iniciativa privada de 400 milhões de reais. 180 milhões feitos no porto de Antonina e que estava fechado, lotando o Estado do Paraná com infra-estrutura necessária para alavancar a nossa economia, e vem esse governo, na sua forma arrogante, como fez no dia de hoje, ofender os jornalistas Francisco Cunha Pereira e Fábio Campana.

Vou mais além, não vou repetir as palavras que o governador usou no dia de ontem, quando chamou o ex-governador de ..., porque as notas taquigráficas não devem escrever essas palavras e não podem ser proferidas aqui, palavras que o governador devia dar exemplo ao Estado do Paraná.

Quando ouvi aqui uma jovem pedindo paz, a modernidade, a fraternidade, e fazer da política o bem comum, construir a fraternidade política e o nosso governador, que exemplo dá ao nosso Estado, aos nossos estudantes, aos nossos prefeitos, quando agride verbalmente, com palavras de baixo calão?

Como deputado e como cidadão paranaense, não posso conceber que palavras desse calão sejam ditas por aquele que quer administrar o Estado do Paraná com dignidade e que se diz grande moralista! Mas o tempo é o dono da verdade, se encarrega de confirmar a veracidade.

Parabenizo o ministro Roberto Rodrigues, pela medida corajosa que teve e o seu substituto José Amauri, em querer alavancar a economia e não atrasar a agricultura do nosso país e do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Consulta a Liderança do Governo.
(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 123/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo que seja incluído nos estudos da construção da segunda ponte, que ligará Foz do Iguaçu e P. Franco, no Paraguai, a possibilidade de a mesma conter uma ligação ferroviária. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

Indicação nº 124/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente, propondo a instalação de uma Ciretran no município de Santa Fé. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Waldir Leite, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2610, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 13 do corrente mês (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 082/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que dispõe sobre alteração da Lei nº 13.463, de 11/01/2002. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/CC Nº 094/2003

Curitiba, 24 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 081/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 082/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo alterar a redação da Lei nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002 e o veto apostado decorre do fato de a medida nele contida não consultar aos superiores interesses públicos, tendo em vista que, ao proibir apenas o “consumo” de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustíveis e permitindo, conseqüentemente, aos mesmos a livre comercialização de tais produtos, não só ocasiona completo mutilamento da letra e do espírito da referida Lei nº 13.463/2002, como também elimina seus fundamentais efeitos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 082/2003 encontra-se publicado no DA nº 003/2003, de 26/02/2003)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 029/2003

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 82/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que dispõe sobre alteração da Lei nº 13.463, de 11/01/2002.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 031/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 13.131, de 16 de abril de 2001, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/CC Nº 126/2003

Curitiba, 14 de julho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 083/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 166/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do artigo 2º, da Lei nº 13.131, de 27 de julho de 2001, através da qual o Poder Executivo foi autorizado a doar ao município de Ibiporã, áreas de terras de 19.370 m2 (dezenove mil, trezentos e setenta metros quadrados), gravada, tal doação, com cláusulas de “impenhorabilidade e de inalienabilidade”.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento porque, ao permitir a figura de doação, na nova definição da utilização, pelo município, do imóvel que lhe foi doado pelo Estado, põe em risco, fragiliza e descumpra a cláusula de inalienabilidade, imposta pela referida Lei nº 13.131, de 27 de julho de 2001 e, ainda, afronta o artigo 10, da Carta Estadual, onde o constituinte impôs condições no sentido de resguardar o princípio da indisponibilidade de bens públicos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 166/2003 encontra-se publicado no DA nº 042/2003, de 02/06/2003 - Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 31/2003

PROJETO DE LEI Nº 166/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a Lei Estadual nº 13.131, de 16 de abril de 2001, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do município de Ibiporã, retirando da lei as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Aprovado por esta Casa de Leis, o projeto de lei foi vetado sob o argumento de que “o projeto de lei em referência não mereceu acolhimento porque, ao permitir a figura da doação, na nova definição da utilização, pelo município, do imóvel que lhe foi doado pelo Estado, põe em risco, fragiliza e descumpra a cláusula de inalienabilidade, imposta pela referida Lei nº 13.131, de 27 de julho de 2001, e ainda, afronta o artigo 10, da Carta Estadual

onde o constituinte impôs condições no sentido de resguardar o princípio da indisponibilidade de bens públicos”.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal, estando de acordo com a regra disposta no artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual, todavia, sua motivação é inconstitucional.

O veto alega afronta ao texto da Lei nº 13.131/2001, não obstante, esta é justamente a lei que se pretende modificar pelo novo projeto de lei, portanto, defronta-nos com a figura da derrogação da lei, vez que o Projeto de Lei nº 166/2003, pretende revogar parte da Lei nº 13.131/2001.

Desta forma, não há como se alegar que a nova lei está afrontando a lei anterior somente porque esta pretende modificá-la.

Afirmou-se ainda no veto existência de suposta afronta no artigo 10 da Constituição Estadual, todavia, não houve afronta ao texto constitucional, porque o referido artigo não determina que os bens devam ser doados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, em clara falha legislativa.

Vejamos a redação do artigo 10 da Constituição Estadual:

“Art. 10 - Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social”.

Como se vê da redação do artigo 10 da Constituição Estadual, não há qualquer menção quanto à necessidade da existência de cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade quando houver doações de bens imóveis por parte do Estado.

A regra constitucional é de que os bens imóveis de propriedade do Estado não podem ser objeto de doação ou utilização gratuita, podendo ser feita somente em alguns casos e mediante os requisitos estabelecidos no artigo 10, a saber:

a) autorização legislativa;

b) que o beneficiário seja pessoa de direito público interno, órgão ou fundação da administração direta e indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, devendo ainda ser declarada de Utilidade Pública.

Resta clara a falha legislativa, tendo em vista que seria razoável exigir-se que as doações de bens fossem feitas com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, mas o fato é que na lei infraconstitucional e nas Constituições Federal e Estadual não há tal exigência.

Em virtude do estudo da matéria, e consoante a descoberta de tal falha legislativa, este relator já está apresentando a esta Casa de Leis proposta de emenda constitucional, a fim de sanar tal omissão do texto legal.

Por fim, há que se destacar que o veto tenta se fundamentar no princípio da indisponibilidade dos bens públicos, incorrendo dessa forma em grave erro jurídico.

Como o próprio princípio diz, os bens públicos são indisponíveis, todavia, nem todos os bens públicos são indisponíveis, senão não poderiam ser alienados e muito menos objeto de doação.

Segundo os artigos 99, 100 e 101 do Código Civil:
“Art. 99 - São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominiais, que constituem o patrimônio da pessoa jurídica de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo Único - Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominiais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

“Art. 100 - Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.”

“Art. 101 - Os bens públicos dominiais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.”

Ainda, segundo a doutrina do mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Direito Administrativo Brasileiro”:

“Bens dominiais ou do patrimônio disponível: são aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais, deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer fim ou, mesmo, alienados pela Administração, se assim, o desejar. Daí por que recebem também a denominação de patrimoniais disponíveis ou de bens do patrimônio fiscal. Tais bens integram o patrimônio do Estado com objeto de direito pessoal ou real, isto é, sobre eles a Administração exerce “poderes de proprietário do Estado como objeto de direito pessoal ou real, isto é, sobre eles a Administração exerce “poderes de proprietário, segundo os preceitos de direitos constitucional e administrativos, na autorizada expressão de Clóvis Beviláqua.

Além desses bens originariamente integrantes do patrimônio disponível da Administração, por não terem uma destinação pública determinada, nem um fim administrativo específico, outros poderão ser transferidos, por lei, para esta categoria, ficando desafetados de sua primitiva finalidade pública, para subsequente alienação.” (Direito Administrativo Brasileiro, 20ª Edição, Editora Malheiros, São Paulo, 1995, p. 433)

Desta forma, o bem em questão pode ser dotado, não havendo em que se falar em princípio da disponibilidade dos bens públicos.

Conclusão

Pelo exposto, o veto deverá tramitar por esta Casa de Leis, tendo em vista que foi aposto no prazo legal e segundo a Constituição Estadual deverá ser apreciado obrigatoriamente pelo Plenário desta Casa. Todavia, quanto ao mérito do veto, entendemos ser o mesmo inconstitucional e ilegal, vez que não encontra amparo na lei, motivo pelo qual, opinamos que o veto tramite com parecer contrário desta Comissão.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre as referidas proposições, Requerimento nº 2614, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 029/2003, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 082/2003 e da Proposição nº 031/2003, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 166/2003.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva e irreformável e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 404/2003 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A propositura de ação regressiva, prevista no parágrafo 6º do artigo 27 da Constituição Estadual, contra os agentes públicos que, nesta qualidade, por dolo ou culpa, deram causa à condenação da Administração Pública, Direta ou Indireta deverá ser promovida pela Procuradoria Geral do Estado, no prazo de 90 (noventa) dias contados do trânsito em julgado da decisão condenatória ao pagamento dos danos decorrentes do ato administrativo comissivo ou omissivo.

Parágrafo Único - O caso previsto no *caput* deste artigo impõe-se para efeito de responsabilização da autoridade competente pela propositura de ação regressiva, sem importar em decadência do direito do Poder Público Estadual de ressarcir-se pelo dano sofrido, na forma da lei processual.

Art. 2º - A não propositura da ação regressiva no prazo previsto no artigo 1º desta lei, importará na aplicação de multa diária, correspondente a 1/30 (um, trinta avos) do montante da remuneração mensal dos servidores públicos responsáveis pela propositura da ação ou pela determinação da sua propositura.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 511/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Salles - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 511/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Salles - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 512/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Prof. Nyldes de Arruda - Ensino Fundamental, APM Professor Nyldes de Arruda, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 512/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professor Nyldes de Arruda, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 516/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 516/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 520/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 520/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 531/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2003, que cria cargos de Agente Penitenciário - ANAP, Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o anexo I da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 531/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados 1.400 (um mil e quatrocentos) cargos de agente penitenciário - ANAP, Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o Anexo I da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente e Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 556/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino Fundamental, com sede no Distrito de Primavera, município de Juranda e foro no município de Ubatã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 556/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino Fundamental, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2003.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 613/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação Internacional Beneficente de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e Medicina Tradicional Chinesa (Unichin), com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 613/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Internacional Beneficente de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e Medicina Tradicional Chinesa do Brasil, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2003.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, APM Duque de Caxias, com sede e foro no município de Moreira Sales. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Criança Feliz, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 595/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Mães Estrelas, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 14

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 596/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Amigas Voluntárias Santaelenenses, com sede e foro no município de Santa Helena. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR

NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 15

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Fundação Ricieri Quinto Guareschi, com sede e foro no município de Barracão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Ubiratã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Profª. Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APPAF - Associação de Pais, Professores e Funcionários do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Maria Antonieta Scarpari - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Professor Geraldo Prehl - Educação

Infantil, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Paraná e Adjacências, com sede e foro no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cristã Beneficente de Reserva, com sede e foro na cidade de Reserva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Fundação Isis Bruder, com sede e foro na cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento de Barra Bonita, com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro na comarca de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2595, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2597, 2598 e 2599, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2600, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2601 a 2605, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2606, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2608, de autoria dos deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri e José Maria Ferreira, com apoio dos deputados Doutor Luciano, Ângelo

Vanhoni, Natálio Stica e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2609, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2611 a 2613, 2620 e 2621, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2618, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao deputado André Vargas.

Explicações Pessoais:

O SR. ANDRÉ VARGAS

Apenas para desfazer a confusão, o equívoco do deputado Rafael Greca, o que eu disse e volto a dizer, usando o termo “nepotismo”: o emprego de parentes,” - que eu não concordo - “é o ato de o governante assinar a nomeação do próprio parente.” Do próprio aparentado. E o deputado Rafael Greca fez ver, ou aparentemente está tentando dissimular que a nomeação de um parente de um ministro num gabinete de um deputado seria a mesma prática. Ora, não é!

Agora, não faço julgamento de valor. Não dito os meus valores para o valor do governante de plantão ou de outro deputado!

Jamais se verá este deputado determinando as regras de comportamento para o gabinete do deputado Natálio Stica, Padre Paulo e Ailton Araújo.

Absolutamente equilibrado, dizendo que eu tenho essa posição. Se discordo da posição do governador, a exposição foi natural, isso aconteceria de qualquer forma, pois que em 2000 os próprio governantes do PT se viram alvo desse tipo de divulgação que é muito natural, até porque os atos de governantes, de nomeação e outros são atos públicos.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para imediatamente, conforme requerimento da senhora deputada Cida Borghetti, solicitando antecipação da Sessão Ordinária, do dia 13, para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2003.

Levanta-se a Sessão.